



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral de Política Externa

Seminário Evocativo dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos de adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Administração Interna

Lisboa, 5 de dezembro de 2018

É com muito gosto que aqui estou em representação de S.Exa a SENEK, que se encontra em Itália numa reunião ministerial da OSCE. Começo por agradecer ao Ministério da Administração Interna e à Polícia de Segurança Pública o convite para participar neste Seminário, que abordou a temática dos Direitos Humanos sob diferentes perspetivas, contando com um ilustre leque de oradores.

Direi algumas palavras sobre (i) os dois documentos celebrados nesta efeméride, (ii) os desafios que hoje se colocam ao sistema de Direitos Humanos construído ao longo de décadas e (iii) o lugar de relevo dos Direitos Humanos na nossa política externa.

O desenvolvimento do sistema de proteção dos Direitos Humanos das Nações Unidas e também do Conselho da Europa é uma das principais conquistas do século XX, tendo colocado o indivíduo como parte integrante de um mundo de Estados soberanos, que têm assim de respeitar a forma como são tratados os cidadãos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que esteve na génese de uma ordem jurídica baseada na dignidade humana, tendo declarado pela primeira vez as famosas palavras: *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”*. Esta declaração mantém-se no centro do sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas. Apesar de ser um documento de 1948, foi oficialmente publicado em Portugal, no Diário da República, apenas em 1978, já em democracia, constituindo assim um marco depois de quase cinco décadas de ditadura - a mais longa ditadura do ocidente no século XX.

Foi também em 1978 que Portugal ratificou a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, acontecimento também de grande significado para a nossa jovem democracia. Este instrumento é fundamental, tanto para a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral de Política Externa

construção europeia, como para a promoção e proteção dos Direitos Humanos. É pioneiro a vários títulos, mas sobretudo pelo facto de instituir um sistema que permite a qualquer pessoa no espaço europeu alargado (ou seja, o espaço dos países que pertencem ao Conselho da Europa), recorrer individualmente, em defesa dos seus direitos, para uma instância judicial internacional - o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos -, comprometendo-se os Estados membros a aceitar e executar as decisões desta instância.

O Conselho da Europa desempenhou um papel fulcral na Europa do pós-guerra, tendo contribuído decisivamente para a construção de um espaço onde, apesar de todos os avanços e recuos, se atingiu um nível civilizacional ímpar.

No mundo de hoje, porém, é cada vez mais evidente que as conquistas em matéria de Direitos Humanos deixaram de ser um dado adquirido. Há riscos de estagnação ou até de regressão. E de onde vêm esses riscos?

A crise de confiança na democracia pode levar à desconsolidação da própria democracia. Essa é uma das questões mais prementes do nosso tempo. E sem verdadeira democracia também não há Direitos Humanos plenos. Embora a democracia seja o regime político a que todos aspiram - mesmo os regimes autoritários apresentam-se sempre formalmente como “democracias” - a verdade é que há sinais de desapontamento, incluindo nos países democráticos. Veja-se o crescimento dos partidos populistas no ocidente, após anos consecutivos de crise económica, agravamento das desigualdades, desemprego jovem e degradação das expectativas de largas franjas da população - incluindo as classes médias -, e também da exploração de aspetos identitários e da perceção de insegurança, como se viu na gestão da crise das migrações.

Alguns destes partidos e movimentos que crescem nas nossas democracias não amam a tolerância e a liberdade - por exemplo a liberdade de imprensa. Por esse mundo fora há cada vez mais lideranças de “homens-fortes” com claros impulsos autocráticos. A democracia a que nos habituámos na Europa, com alternância de poder entre partidos moderados e europeístas, deixou de ser a regra. As próximas eleições para o Parlamento Europeu poderão alterar os equilíbrios estabelecidos.

Ora não basta denunciar os populistas, é preciso encontrar, à escala nacional e europeia, as respostas políticas que permitam o regresso a um caminho de igualdade e prosperidade partilhada, de esperança e otimismo duradouro, neutralizando assim os que medram na desesperança, nas desigualdades e na



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral de Política Externa

intolerância. Solidariedade, dignidade e segurança devem ser as palavras-chave, tanto na economia - invertendo a tendência para o agravamento do fosso das desigualdades - como na gestão do fenómeno das migrações, que ficará conosco muitos anos, atendendo a aspetos como a demografia, as alterações climáticas e a instabilidade violenta que prevalece em vários cantos do mundo.

É necessário que a União Europeia seja capaz de encontrar as respostas em nome destas palavras chave - solidariedade, dignidade e segurança -, para que volte a inspirar os europeus e todos os que se habituaram a olhar para a Europa como um farol, nomeadamente no que respeita à promoção dos direitos humanos.

A inovação tecnológica não traz só oportunidades. Pensemos nos desafios da inteligência artificial, não apenas para o mundo do trabalho, mas no tocante aos aspetos éticos das suas múltiplas aplicações. Vejamos algo que já é real: um juiz que decide se uma pessoa fica detida com base na sugestão de um algoritmo, que tem em conta parâmetros como a condição socioeconómica e a raça. Vamos ter a inteligência artificial ao serviço da investigação e da ação policial? Pode a inteligência artificial substituir-se à justiça dos homens?

Também na proteção de dados pessoais - ou seja no equilíbrio entre as condições de cidadão e consumidor - os desafios são imensos. Os dados e os metadados são o ouro da nossa era. As empresas que melhor os manipulam são as que mais crescem. Um exemplo: a Amazon gastou mais no passado em investigação do que o orçamento total da NASA.

Os avanços da economia digital e da inovação tecnológica comportam desafios complexos em termos de produtividade, fiscalidade, inclusividade e cidadania. E também nas relações de poder. São já visíveis as alterações dos equilíbrios globais entre Estados e também entre sector público e privado. Veja-se por exemplo o aspeto da fiscalidade - que é um dos pilares fundamentais da democracia - quando atentamos nos impostos ridículos pagos pelas grandes empresas tecnológicas (sobretudo em comparação com a carga fiscal a que são sujeitas as classes médias) e o desmesurado poder económico e político dessas empresas face a governos democraticamente eleitos.

Estarão as novas tecnologias ao serviço da liberdade e dos Direitos Humanos, nomeadamente dos direitos civis e políticos? Como controlar as tentações da manipulação e da censura, mesmo em democracia? Repito: sem democracia saudável não há verdadeiros direitos humanos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral de Política Externa

Finalmente, a ordem internacional instituída - sobretudo no que se refere ao seu pilar do multilateralismo, com a ONU no seu centro - está sob pressão. Duas tendências vão ganhando força: (i) a afirmação do pendor unilateral no jogo do grande poder (com a conseqüente tentativa de impor a vontade do mais forte, em detrimento de um sistema de regras com justiça e previsibilidade) e (ii) uma crescente lógica de competição pela hegemonia entre as duas maiores potências - a ainda potência dominante (EUA) e a potência emergente (China).

Esta competição global já é patente nos mais diferentes domínios: do comércio às novas tecnologias (incluindo na sua vertente militar). Em causa estará também um despique entre diferentes modelos de sociedade e de organização política, com olhares muito distintos sobre o significado e alcance dos Direitos Humanos.

Qual será o impacto de todas estas variáveis no edifício do sistema de proteção dos Direitos Humanos que fomos construindo ao longo de décadas?

Não sabemos. Mas face a estes elementos de incerteza, há algo que para nós é claro: devemos defender e acarinhar o que conquistámos. Em Portugal estamos cientes do que significa não ter liberdade. E se ela hoje se respira - sobretudo no caso dos que nasceram e cresceram depois do 25 de Abril - não deixa de ser fundamental celebrá-la.

É por isso que a reflexão que estas comemorações permitem fazer é da maior relevância: reflexão sobre o muito que já foi feito nesta matéria, mas também, e sobretudo, sobre o muito que ainda falta fazer, por cada um de nós, individual e coletivamente, para a defesa e plena realização dos Direitos Humanos.

Todos os órgãos de soberania portugueses, diversos Ministérios, instituições e sociedade civil juntaram-se ao programa de comemorações, ao abrigo do lema “livres e iguais”. O programa de comemorações visa promover a consciência pública da importância decisiva dos Direitos Humanos numa sociedade livre e democrática. Foi dado especial realce às iniciativas educativas em contexto escolar, destinadas a crianças e jovens, que visam a aprendizagem sobre Direitos Humanos.

Em Portugal, a defesa e a promoção dos Direitos Humanos constitui uma prioridade, tanto a nível interno como externo. E estes dois níveis estão ligados. Não há Estados perfeitos e a plena realização dos Direitos Humanos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral de Política Externa

pressupõe um processo de melhoria constante. Promover os direitos humanos é muito mais do que dar e receber lições, sobretudo quando a retórica confrontacional se resume a um diálogo de surdos, sem avanços concretos. Preferimos a via do debate político em sede multilateral, envolvendo o maior número possível de países. Essa é, a nosso ver, a melhor forma de ajudar e incentivar aqueles que querem progredir, ao mesmo tempo em que torna conspícua a atitude daqueles que na verdade não querem fazer progressos em matéria de direitos humanos. Portugal defende que a discussão aberta, construtiva, num diálogo crítico entre pares, reforça a promoção e o respeito universal pelos Direitos Humanos, tal como preconizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Portugal irá assim submeter-se ao seu terceiro Exame Periódico Universal¹, no âmbito do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em maio do próximo ano, com o espírito de abertura, transparência e cooperação que têm caracterizado a nossa posição perante os exercícios de avaliação do desempenho em matéria de Direitos Humanos. Não tememos ser avaliados. Antes pelo contrário, consideramos que a avaliação externa promove o nosso sentido de exigência na forma como atuamos como Estado, ajuda-nos a suprir as insuficiências e fragilidades - penso por exemplo na violência contra as mulheres - e reforça uma cidadania plena, de acordo com os mais elevados padrões a nível mundial.

Quando nos referimos às Nações Unidas, associamos imediatamente o trabalho desenvolvido em prol dos Direitos Humanos, pilar que se encontra em pé de igualdade e que se correlaciona com os outros dois pilares: Paz e Segurança e Desenvolvimento.

A participação de Portugal em missões de paz e gestão de crise, que constitui um dos eixos prioritários da nossa política externa, está intrinsecamente relacionada com a defesa dos Direitos Humanos. Nas últimas décadas Portugal tem sido um produtor de segurança internacional, em defesa dos valores e princípios da Carta das Nações Unidas.

Numa efeméride em que comemoramos os Direitos Humanos, não podemos deixar de destacar o papel crucial que as forças de segurança, a par dos militares, têm desempenhado nas missões de paz e gestão de crise em que Portugal participa.

¹ Os anteriores foram em 2009 (recebemos a recomendação para a criação da CNDH) e 2014.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral de Política Externa

Podemos afirmar com orgulho que o nosso pessoal de uniforme mantém os mais altos padrões de desempenho. A contribuição dos nossos soldados e polícias da paz é elogiada pela ONU, organizações regionais e autoridades locais nos países onde operamos. É também por isso que os nossos compatriotas têm assumido cargos de liderança internacionais nesta área.

Sou testemunha do alto grau de profissionalismo dos nossos polícias em missões no estrangeiro. Na minha primeira missão no estrangeiro como diplomata, em Timor Leste em 1999, trabalhei de perto com o atual Diretor Nacional da PSP, Superintendente-Chefe Luís Farinha, e com os elementos do Grupo de Operações Especiais (GOE). Com eles aprendi que a experiência e o olhar de um polícia são uma enorme mais-valia em ambientes de grande violência e intimidação. Essa análise dos polícias é complementar à dos diplomatas e militares, não só na avaliação dos riscos mas também quando se trata de reconstruir uma sociedade dilacerada pela violência. Espero que os jovens futuros oficiais superiores da PSP aqui presentes possam ter experiências em missões do estrangeiro. Será enriquecedor a título pessoal e trará benefícios à própria PSP. Não há nada como ser testado em contextos exigentes - “mar calmo nunca fez bom marinheiro” - e ao mesmo tempo poder medir a nossa preparação com colegas de outros países.

Concluo transmitindo o meu reconhecimento sincero pelo trabalho exemplar que as mulheres e os homens das forças de segurança portuguesas têm levado a cabo em missões no estrangeiro. O vosso esforço e empenho, tanto em Portugal como no estrangeiro, é uma garantia da nossa segurança e da nossa liberdade.

Muito obrigado.

Francisco Alegre Duarte

Subdiretor Geral de Política Externa e Vice-presidente da CNDH